



**ACÓRDÃO Nº646/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12448/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Keilla Cristina Cunha da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Joyce Lima da Silva - 8807, Mayra Mamed Levy - OAB/AM 8598, Lara Raquel Neves Levy - OAB/AM 15297 e Hevelyn Maciel da Silva - OAB/AM 13210.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1173/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB.  
Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva**, responsável pela Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002- RI-TCE-AM, com as ressalvas que ensejaram a aplicação de multas.
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva** no valor de **R\$ 14.000,00** (catorze mil reais), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das seguintes impropriedades que permaneceram não sanadas constantes dos questionamentos da DICAÍ:

**10.2.1.** Descumprimento do disposto no art. 2º, inciso XIX da Res. TCE nº 04/2016, ausência do relatório de pagamento (Item 01, alínea “g”);



**ACÓRDÃO Nº646/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.2.2.** Descumprimento do art. 2º, inciso XXVII da Res. TCE nº 04/2016, uma vez ausentes ato de Fixação da Remuneração e Demonstrativos dos Pagamentos efetuados aos presidentes, diretores e conselheiros, quando couber, acompanhados da cópia do Diário Oficial que o publicou (Item 01, alínea “k”);

**10.2.3.** Descumprimento do art. 2º, inciso XXXIV da Res. TCE nº 04/2016, ausência das justificativas dos cancelamentos dos restos a pagar (Item 01, alínea “p”);

**10.2.4.** Descumprimento do art. 2º, inciso XXXVI da Res. TCE nº 04/2016, ausência da relação dos contratos de gestão, se houver, bem como relatório de acompanhamento das metas estabelecidas para o contratado (Item 01, alínea “r”);

**10.2.5.** Descumprimento do art. 10, inciso I da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM, ausência do Relatório de Gestão do exercício (Item 01, alínea “v”); e,

**10.2.6.** Descumprimento do art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução nº 04/2002- RI-TCE-AM, ausência das declarações de bens atualizadas dos servidores que exercem cargos comissionados e diretores da entidade (Item 12 dos).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar multa à Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do art. 54, inciso II, alínea “b” da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face da sonegação de documento em inspeções realizadas por este Tribunal de Contas, uma vez que não foram encaminhados os documentos do Contrato nº 08/2017-SUHAB (edital de licitação, projeto básico, publicação dos termos de adjudicação e homologação da vencedora), conforme o Item 07 dos questionamentos da DICAÍ.



**ACÓRDÃO Nº646/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Dar ciência à Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva**, por meio de seus patronos, acerca do julgado.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição